

13.1 — Na avaliação curricular serão apreciados, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores:

Habilitação académica de base;
Formação profissional;
Experiência profissional;
Classificação de serviço.

13.2 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação do método de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos a solicitação destes.

13.3 — O sistema de classificação final dos candidatos será expresso numa escala de 0 a 20 valores e corresponderá à classificação obtida na avaliação curricular.

14 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 — A composição do júri é a seguinte:

Presidente — Lourdes Celeste Azevedo da Cunha Vieira, técnica superior assessora principal da Inspeção-Geral da Administração do Território.

Vogais efectivos:

Alzira Correia Varela, chefe de secção, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, e Maria Filomena Paisana Granjo, assistente administrativa especialista, ambas da Inspeção-Geral da Administração do Território.

Vogais suplentes:

Maria Valentina de Sousa Martins Fonseca e Maria Adelina Paninho Gonçalves Marques, assistentes administrativas especialistas, ambas da Inspeção-Geral da Administração do Território.

13 de Dezembro de 2004. — O Inspector-Geral, *Raul Melo Santos*.

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

Despacho n.º 144/2005 (2.ª série). — Considerando que a renovação da comissão de serviço depende da análise circunstanciada do respectivo desempenho, tendo como referência, nomeadamente, o relatório de demonstração das actividades prosseguidas e dos resultados obtidos;

Considerando que dessa análise resulta uma opinião positiva face ao desempenho do director do Gabinete Jurídico e aos resultados obtidos pelo Gabinete Jurídico no último mandato;

Considerando igualmente que a duração da comissão de serviço, em paralelismo com o mandato do presidente do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado não poderá ultrapassar 31 de Dezembro de 2005, nos termos do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, renovo a respectiva comissão de serviço do director do Gabinete Jurídico Dr. Arnaldo José da Costa Botelho da Silva, até 31 de Dezembro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Paulo Zbyszewski*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCAS E FLORESTAS

Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar

Despacho n.º 145/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e após cumpridos todos os preceitos do respectivo procedimento, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, chefe de divisão de Açúcar, Tabaco, Banana, Têxteis e Outros, do quadro do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, Maria Inês Lince Vacas Morgado Silva, por ter ficado demonstrado, após análise do seu *curriculum vitae*, ser detentora de habilitações académicas e de licenciatura adequada às exigências do cargo, bem como experiência

comprovada nas vertentes identificadas no perfil definido para o desempenho do referido cargo.

Esta nomeação produz efeitos a 20 de Dezembro de 2004.

20 de Dezembro de 2004. — A Directora, *Maria Teresa Bengala*.

Curriculum vitae

Identificação:

Nome — Maria Inês Lince Vacas Morgado Silva;
Correio electrónico — inesvacas@netcabo.pt;
Estado civil — casada;
Cédula profissional n.º 37 396 da O. E.

Formação académica — licenciatura em Engenharia Agrónoma (ramo de Economia Agrária e Sociologia Rural), no Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, em Julho de 1995.

Experiência profissional:

Desde Outubro de 2001:

Nomeação, em comissão de serviço, mediante concurso, para o cargo de chefe de divisão do Açúcar, Tabaco, Banana, Fibras Têxteis e Outros por despacho de 14 de Setembro de 2001 [despacho n.º 21 285/2001 (2.ª série), de 12 de Outubro]; neste cargo coordena e acompanha o funcionamento do mercado e das respectivas organizações comuns de mercado (OCM), colaborando com outros organismos responsáveis e com os agentes económicos representativos desses sectores, no sentido de analisar e discutir os problemas existentes e as respectivas linhas de política e desenvolvimento;

Participa, em representação do GPPAA, nas reuniões nacionais e comunitárias (comissões consultivas sectoriais, grupos de peritos e *comités* de gestão, grupos de trabalho do Conselho, outras);

De Março de 1999 a Outubro de 2001:

Nomeada por despacho do Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, em 5 de Março de 1999, para exercer em regime de substituição o cargo de chefe de divisão de Açúcar, Tabaco, Banana, Fibras Têxteis e Outros do GPPAA [despacho n.º 6191/99 (2.ª série), de 26 de Março], tendo sido reconduzida em 25 de Novembro de 1999 [despacho n.º 71/2000 (2.ª série), de 4 de Janeiro] e em 24 de Outubro de 2000 [despacho n.º 23 549/2000 (2.ª série), de 17 de Novembro];

De Julho de 1995 a Novembro de 1998:

Técnica superior de 2.ª no IMAIAA desde Julho de 1995, desempenhando funções na Direcção de Serviços de Produtos Vegetais, Divisão de Açúcar, Fibras Têxteis e Outros Produtos;

De Fevereiro a Julho de 1995:

Estágio de seis meses no IMAIAA — Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar, na Direcção de Serviços dos Produtos Vegetais, Divisão Açúcar.

Despacho n.º 146/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e após cumpridos todos os preceitos do respectivo procedimento, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, director de serviços de Estudos, Planeamento e Prospectiva, do quadro do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, Pedro Manuel Simões Raposo Ribeiro, por ter ficado demonstrado, após análise do seu *curriculum vitae*, ser detentor de habilitações académicas e de licenciatura adequada às exigências do cargo, bem como experiência comprovada nas vertentes identificadas no perfil definido para o desempenho do referido cargo.

Esta nomeação produz efeitos a 20 de Dezembro de 2004.

20 de Dezembro de 2004. — A Directora, *Maria Teresa Bengala*.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Pedro Manuel Simões Raposo Ribeiro;
Data de nascimento — 5 de Fevereiro de 1961;
Estado civil — casado;
Nacionalidade — portuguesa.

2 — Habilitações literárias — licenciado em Agronomia (especialidade de Economia Agrária e Sociologia Rural) pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

3.1 — Técnico superior principal do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar — desempenha funções de assessoria da Direcção desde 21 de Novembro de 2002;

3.2 — Vogal do conselho directivo do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA) — entre 22 de Dezembro de 1999 e 21 de Novembro de 2002, foi responsável pelas áreas de Controlo, Azeite e Ajudas Específicas (horizontais), programa de erradicação da BSE, SNIRB, Informática;

3.3 — Chefe de gabinete do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas:

No XIII Governo Constitucional, do Ministro Fernando Van Zeller Gomes da Silva, entre 28 de Outubro de 1995 e 2 de Outubro de 1998, e do Ministro Luís Manuel Capoulas Santos, entre 3 de Outubro de 1998 e 24 de Outubro de 1999;

No XIV Governo Constitucional, do Ministro Luís Manuel Capoulas Santos, entre 25 de Outubro de 1999 e 21 de Dezembro de 1999;

3.4 — Coordenador nacional do Serviço Nacional de Controlo da Normalização no Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar (IPPAA) entre 1 de Julho e 28 de Outubro de 1995, tendo por missão criar e estruturar esse serviço até então inexistente;

3.5 — Secretário-geral da Federação Nacional de Cooperativas Agrícolas de Hortofruticultores — secretário-geral da organização entre Junho de 1990 e 30 de Junho de 1995, perito nacional do Sector de Frutas e Legumes Frescos e Transformados junto do COPA/COGECA, em Bruxelas, em representação da CONFAGRI — Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas e membro efectivo do Comité Consultivo de Frutas e Legumes Frescos e Transformados da Comissão Europeia;

3.6 — Técnico superior do Ministério da Agricultura:

Na Divisão de Metodologia de Recolha e Análise de Mercados do IMAIAA — Instituto de Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar, entre Março e Junho de 1990;

No Núcleo de Estudos e Análise de Mercados Internacionais do IROMA/SIMA (Maio de 1989 a Março de 1990);

No Núcleo de Estudos e Promoção do IROMA/SIMA (Novembro de 1988 a Maio de 1989);

Na Divisão de Estudos do IROMA/SIMA, Sector de Comércio Externo (Junho de 1987 e Novembro de 1988);

Técnico superior estagiário da Divisão de Coordenação e Difusão de Informação do SIMA (Outubro de 1986 e Junho de 1987).

Despacho n.º 147/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e após cumpridos todos os preceitos do respectivo procedimento, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, directora dos Serviços de Estatística e Gestão de Informação do quadro do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar Maria da Luz Martins Anjos Serra Mendes, por ter ficado demonstrado, após análise do seu *curriculum* ser detentora de habilitações académicas, licenciatura adequada às exigências do cargo, bem como experiência comprovada nas vertentes identificadas no perfil definido para o desempenho do referido cargo.

Esta nomeação produz efeitos a 20 de Dezembro de 2004.

20 de Dezembro de 2004. — A Directora, *Maria Teresa Bengala*.

Síntese do *curriculum vitae*

Dados pessoais:

Nome — Maria da Luz Martins Anjos Serra Mendes.

Data de nascimento — 12 de Julho de 1952.

Naturalidade — Beja.

Estado civil — casada.

Habilitações literárias:

Licenciatura em Engenharia Agronómica, concluída em 1978; Estágio curricular na área de Estatística Matemática na Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar da Junta de Investigação Científica do Ultramar, com elaboração de trabalho final designado «Testes Max F para factoriais de base 3: teoria, tabela e aplicações».

Carreira profissional:

De 1980 a 1988, no Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária realizou estudos sobre as necessidades de mão-de-obra no sector agrário e procedeu à resolução de processos de indemnização provisória, por nacionalização ou expropriação, de prédios rústicos, na zona de intervenção da reforma agrária; Em 1988, integrou a Direcção de Serviços de Estatística Agrícola da Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura (DGPA),

tendo colaborado nas tarefas relativas ao inquérito à estrutura das explorações agrícolas de 1987;

De 1988 a 1990, no Instituto Nacional de Estatística (INE), fez parte do grupo de trabalho *ad hoc* para a concepção, planeamento e execução do recenseamento geral agrícola e do inquérito base às superfícies vitícolas de 1988-1989;

Em 1991, integrou o Departamento de Estatísticas da Agricultura e das Pescas — Núcleo de Estatísticas de Base, do qual veio a assumir a coordenação em 1992;

Exerceu funções de chefe de divisão de Inquéritos da Direcção de Serviços de Informação e Produção Estatística do Instituto de Estruturas Agrárias e do Desenvolvimento Rural, de 1993 a 1997, com a responsabilidade da execução do programa estatístico firmado com o INE, em termos de delegação de competências, e da coordenação das direcções regionais de agricultura e Regiões Autónomas na sua prossecução. Ainda no âmbito destas funções, participou em reuniões do EUROSTAT;

Ministrou os módulos «Definição do programa e plano de apuramentos de um recenseamento e estrutura organizativa censitária» e «Concepção e experimentação dos questionários e instrumentos auxiliares e organização da estrutura executiva no terreno» em cursos realizados no Centro Europeu de Estatística para os Países em Vias de Desenvolvimento, em Lisboa, dirigidos a formadores em operações estatísticas de base; Exerce o cargo de chefe de divisão de Estatísticas Agrícolas e dos Mercados Agro-Alimentares do Gabinete de Planeamento e da Política Agro-Alimentar desde 1997, sendo responsável pelo Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas;

Foi nomeada, em 2000, 1.ª vogal suplente do Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas no Conselho Superior de Estatística, onde tem representado o Ministério em reuniões do plenário e das secções.

Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica

Despacho (extracto) n.º 148/2005 (2.ª série). — Por despachos do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e da Ministra das Finanças de 2 de Março e de 13 de Maio de 2004:

Pedro José Dourado Esteves e Vitorino António Caetano Lopes — autorizada a celebração de contrato de trabalho a termo certo, pelo período de dois anos, eventualmente renovável até três anos, para o desempenho de funções de condutores de máquinas pesadas no Parque de Máquinas Agrícolas de Pegões, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Novembro de 2004. — O Presidente, *C. Mattamouros Resende*.

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas

Despacho (extracto) n.º 149/2005 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Dezembro de 2004 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e Florestas:

António Fernando dos Santos Antunes, investigador auxiliar do quadro deste Instituto — autorizada a concessão de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2004. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vitor Lucas*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 150/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 215/97, de 18 de Agosto, e a pedido da interessada, é dada por finda a comissão de serviço da mestre Ana Maria Ferreira Luís do cargo de presidente da comissão instaladora da Direcção-Geral da Formação Vocacional.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 8 de Dezembro de 2004.

7 de Dezembro de 2004. — A Ministra da Educação, *Maria do Carmo Félix da Costa Seabra*.